

ESTADOS SEMI-CENTRAIS: UMA NOVA CATEGORIA PARA REPENSAR A ESTRUTURA DE PODER

Daniel Morales Ruvalcaba¹

Introdução

Estudar os Estados centrais e suas características envolve examinar as ideias dos teóricos da dependência. No entanto, a literatura formulada pelos pensadores da CEPAL e da América Latina esclarece pouco sobre isso, uma vez que eles estavam mais preocupados em entender as causas estruturais da defasagem da periferia do que em estudar as áreas centrais.

Quando se fala de Estados centrais, geralmente se pensa em países desenvolvidos. Certamente, os Estados centrais são aqueles que atingiram os mais altos padrões de desenvolvimento do mundo. A noção de centro, contudo, não se limita ao desenvolvimento, mas também denota vantagem em termos militares, culturais, políticos, ambientais, etc. Nesse sentido, surgem certos problemas: o que se entende especificamente por Estados centrais? Por que esses Estados são considerados o centro do sistema mundial e como assumiram tal posição? Se os Estados centrais superaram os Estados semiperiféricos e periféricos, em que áreas eles o fazem? Isso acontece em todas as áreas ou apenas em algumas delas?

Basicamente, o que distingue os Estados centrais é o grau de desenvolvimento que eles alcançam. No entanto, o desenvolvimento de unidades nacionais é condicionado por um contínuo tempo-espço que afeta suas possibilidades de manipulação criativa: em outras palavras, o desenvolvimento dos Estados é determinado de maneira significativa por estruturas historicamente constituídas. E aqui o valor da noção de núcleo ou centro, que consiste

¹ Doutor em Ciências Sociais (Universidade de Guadalajara, México) e Mestre em Estudos Contemporâneos da América Latina (Universidad Complutense de Madrid, Espanha); Pesquisador da Escola de Estudos Internacionais da Universidade Sun Yat-Sen. O email: demgdl@hotmail.com

em “as áreas favorecidas da economia mundial” (Wallerstein 2003, 492). Assim, a ideia se traduz em um conceito muito mais amplo, que implica riqueza e desenvolvimento econômico, mas também se refere a uma vantagem social e política.

Nesse sentido, pode-se notar que a vantagem econômica está no fato de que essas nações são, essencialmente, exportadoras de bens de alto valor agregado e que estão imersas na chamada Terceira Revolução Industrial; são sedes de grandes unidades populacionais e centros financeiros, possuem grande número de empresas multinacionais, têm capacidade significativa para determinar as cadeias de valor globais, a inflação em suas economias domésticas é relativamente controlada e suas reservas internacionais são grandes e decisivas. Em termos sociais, eles mantêm altos níveis de renda e consumo per capita, seus sistemas de educação e saúde são de alta qualidade e conseguiram garantir o suprimento de energia e recursos consideráveis para a pesquisa científica; já politicamente, são caracterizados como democracias maduras e consolidadas, têm burocracias e instituições eficientes, suas forças armadas são modernas e equipadas com armas relativamente sofisticadas, geralmente há uma concentração notória de cidades globais em seus territórios e a política externa de seus governos nacionais é de âmbito global.

Agora, todos os Estados centrais ocupam posições idênticas na hierarquia do poder mundial? Os Estados centrais, pelo simples fato de fazerem parte do núcleo ou centro do sistema, desempenham as mesmas funções na governança internacional? O objetivo aqui é apresentar uma nova categoria de Estados que está localizada no centro do sistema mundial: os Estados semi-centrais. Na primeira parte, os Estados centrais serão estudados teoricamente; depois, com o apoio do IPM, os Estados semi-centrais serão identificados empiricamente e alguns dos papéis que esses Estados desempenham no sistema internacional serão caracterizados.

O Poder Nacional dos Estados Centrais

Talvez a principal referência teórica para o estudo das áreas centrais, semiperiféricas e periféricas seja Immanuel Wallerstein. No entanto, quando foi questionado sobre a paternidade intelectual dessa divisão, o próprio Wallerstein respondeu: “Os termos centro e periferia, no sentido em que são usados atualmente, são de fato de Raúl Prebisch. O próprio Prebisch pode tê-los tirado de alguns autores alemães que escreveram na década de 1920 e cujas obras também foram esquecidas, mas sob qualquer hipótese, se há um pai para esses dois termos, esse pai é Raúl Prebisch” (Aguirre Rojas 2003, 210).

Sem dúvida, o economista argentino é o principal precursor dos postulados centro-periferia. Mas quais foram as fontes que inspiraram o economista argentino? É muito difícil determinar², uma vez que, de acordo com Joseph Love, Raúl Prebisch nunca especificou como elaborou as noções de centro e periferia (Love 1996, 392). Apesar disso, nos vários estudos sobre o pensamento prebischiano, Werner Sombart³, Ernst Wagemann⁴, François Perroux e Mihail Manoilescu foram identificados como possíveis influenciadores.

No entanto, a preocupação de Raúl Prebisch era estudar as causas estruturais do atraso da periferia, e não as vantagens das economias centrais: o mesmo Raúl Prebisch escreveu que “quanto aos centros, tenho de me preocupar com eles na medida necessária para empreender a crítica ao capitalismo” (Prebisch 1976, 8). Por essa razão, configurar as características do centro e dos chamados Estados centrais é uma tarefa muito difícil e complicada, pois consiste em reconstruir essa noção a partir de fragmentos de ideias - que eram secundários - nos textos em que o modelo centro-periferia foi exposto.

O objetivo desta seção é justamente delinear as características dos Estados centrais com base em seu poder econômico-militar, sócio-institucional e comunicativo-cultural.

O poder econômico-militar dos Estados centrais

Para entender o poder econômico-militar dos Estados centrais, é ne-

2 Em seu estudo, Jaime Estay encontra em Raúl Prebisch “uma tendência muito clara de não mencionar as fontes de suas propostas, nem nos documentos oficiais da CEPAL que ele elaborou - uma questão que poderia estar ligada à natureza desses documentos - nem em outros materiais que ele escreveu ao longo de toda a sua vida” (Estay 1995, 120).

3 De acordo com Joseph Love, “Prebisch não se lembra do conhecimento do texto de Sombart na época de seu uso inicial dos termos ‘centro’ e ‘periferia’, mas, mesmo supondo que ele foi inspirado por Sombart, Prebisch teria mais do que um metáfora marcante, já que Sombart usava apenas centro e periferia em alguns parágrafos espalhados” (Love 1996, 26).

4 Na opinião de Francisco Zapata, Ernst Wagemann (1884-1956) “pode ser considerado o pai da ideia de ‘periferia’” (Zapata 2001, 146), ele considera que suas idéias tiveram um impacto significativo no pensamento econômico latino-americano. Joseph Love, por sua vez, argumenta que Raúl Prebisch, possivelmente, conheceu o trabalho de Ernst Wagemann, que “dirigiu o Institut für Konjunkturforschung em Berlim e se tornou um importante apologista do Grossraum Wirtschaft [grande espaço econômico] de Hitler no final da década de 1930. Em *Struktur und Rhythmus der Weltwirtschaft* (1931), Wagemann usou o “ciclo central” (*zentrische Konjunktur*) para designar movimentos de renda monetária dentro de um determinado país e “ciclo periférico” (*periphere Konjunktur*) para designar movimentos de capital na arena internacional. Desta forma, Wagemann usou um esquema centro-periferia em conexão com um movimento cíclico, mas não no sentido que Prebisch compartilhava com Sombart” (Love 1996, 392).

cessário decompor seus elementos mais elementares: economia (produção, comércio, finanças), aparato militar, território e investimento em ciência e tecnologia.

A principal característica das economias centrais é que elas têm uma estrutura de produção predominantemente industrial e homogênea (ou seja, quase todos os setores são desenvolvidos) que lhes permite criar novos produtos, estar na vanguarda nos métodos de produção e organização e descobrir novas fontes de energia. Além disso, possuem ampla participação na produção nacional de atividades e serviços industriais. Numa adaptação das ideias apresentadas por Raymond Barre (1962), é possível descrever os sistemas produtivos dos Estados centrais como aqueles em que: quantidades crescentes de matérias-primas e combustíveis são economizadas; há o aumento da produção própria de matérias-primas e combustíveis; existe uma importante produção de materiais de substituição; e, a transformação da estrutura industrial é significativa.

Os Estados centrais superaram de maneira produtiva outras sociedades da economia mundial graças a seus avanços tecnológicos e científicos. Os postulados do mercantilismo - que apostaram, em linhas gerais, na competição econômica internacional através do aumento da produção nacional por meio do controle de recursos nos mercados interno e externo - tornaram-se obsoletos ante os avanços tecnológicos da primeira revolução industrial, quando a rivalidade econômica se deslocou para a eficiência da produção fabril. A partir deste momento, os Estados foram forçados a desenvolver vantagens competitivas dinâmicas através de estratégias para o avanço do conhecimento. Peter Drucker argumenta que: “Os fatores tradicionais de produção - terra (isto é, recursos naturais), trabalho e capital - não desapareceram, mas se tornaram secundários. Eles podem ser obtidos facilmente, desde que tenham conhecimento. E o conhecimento, nesse novo sentido, é o conhecimento como instrumento, como meio de obter resultados sociais e econômicos” (Drucker 1994, 47). Graças ao desenvolvimento do capitalismo em suas sociedades, os Estados centrais se viram em condições de investir grandes recursos em atividades relacionadas à pesquisa. Isso permitiu que eles estivessem na vanguarda das revoluções industriais por suas descobertas e inovações científico-tecnológicas. Em termos históricos, alguns “saltos” produtivos para as áreas centrais da economia mundial ocorreram com a primeira e segunda revolução industrial, nos séculos XVII e XIX, respectivamente. A partir dessas revoluções, as economias do centro implantaram estruturas produtivas altamente competitivas que lhes permitiram melhorar seu comércio internacional.

Em seu trabalho *Das Kapital*, Karl Marx postulou que a acumulação capitalista é alcançada a partir de uma dinâmica de transformação social ca-

racterizada pela expropriação do trabalho de outros em um regime em que o produtor é livre proprietário de seus meios de produção. Uma vez que esta dinâmica de transformação é generalizada e aprofundada, adota uma nova forma, na qual o explorador capitalista de vários trabalhadores é, por sua vez, expropriado por outro capitalista mais poderoso. Então, “essa expropriação é realizada pelo jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, a centralização do capital. Cada capitalista substitui muitos outros. Paralelamente a essa centralização do capital ou a expropriação de muitos capitalistas por alguns, ela se desenvolve em escala crescente” (Marx 1999, 648). Como se pode ver, o conceito de centralização do capital é diferente do conceito de acumulação e concentração: o próprio Karl Marx esclarece que a centralização “não deve ser confundida com acumulação e concentração” (Marx 1999, 529). A noção de centralização tem, portanto, um valor heurístico especial para a análise do surgimento das áreas centrais da economia mundial moderna.

Assim, no pensamento marxista, as noções de acumulação, concentração e centralização são complementares e muito importantes, pois explicam a maneira pela qual os capitalistas ampliam a escala de suas operações: a primeira se refere “ao aumento gradual do capital por meio da reprodução” (Marx, 1999). 531), ou seja, o investimento do excedente para geração de novo capital; enquanto a segunda é entendida como o crescimento de todo o capital individual a partir da busca por maior produtividade. A centralização, por outro lado, consiste na “atração de alguns capitais pelos outros” (Marx 1999, 530) ou no crescimento do capital pela união de vários capitais. A centralização, por outro lado, tem como duas alavancas poderosas a concorrência e o crédito, e pode ser alcançada alterando-se a distribuição do capital existente, por meio de uma simples mudança operada no agrupamento quantitativo das partes que compõem o capital social” (Marx 1999, 530). Além de ser um processo muito mais rápido, a centralização provoca a concentração de capital e acelera os efeitos da acumulação. Assim, a consequência final da centralização é que a riqueza social tende a se aglomerar ilimitadamente (Singer 1999, 101, Lianos 1984) em um pequeno grupo de grandes capitalistas, acentuando, com isso, as disparidades sociais. Karl Marx expressou isso da seguinte maneira: “o que acontece quando certos capitais se tornam centros que absorvem a gravitação para os outros, é que eles quebram sua coesão individual, assimilando suas peças soltas” (Marx 1999, 531).

Os bancos desempenharam um papel fundamental no processo de centralização do capital. A origem das instituições bancárias data do primeiro ciclo de acumulação de capital, em Gênova, por volta do século XVI. Naquela época, os bancos mais proeminentes eram: 1) o Banco de Amsterdã, fundado em 1609, que atendia a um segmento muito grande da população (nobreza,

líderes, monarcas, etc.) e, na prática, operava como banco central (o primeiro no mundo) fornecendo liquidez ao governo; 2) a Bolsa de Valores de Amsterdã, criada no início do século XVII pela Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), não foi apenas a primeira bolsa de valores do mundo, mas também serviu de mercado para produtos das colônias americanas, asiáticas e costas africanas.

No entanto, os bancos (e crédito) representavam apenas uma alavanca para a centralização do capital. A outra alavanca é a concorrência ou a competição. Aqui, empresas transnacionais (ETNs) desempenham um papel fundamental.

De fato, o poder econômico dos Estados centrais está intimamente relacionado à ação de suas transnacionais: dos séculos XVI a XVIII, elas investiram principalmente no setor primário; a partir do século XIX, começaram a operar com maior intensidade nas atividades dos setores secundário e terciário; nas últimas décadas, desenvolveram formas cada vez mais complexas de produção e organização. No entanto, o sucesso das empresas transnacionais não foi única e exclusivamente graças ao uso de novos meios de produção e comunicação no contexto de uma competição global contemporânea, mas também ao acesso a novos mercados financeiros, à articulação produtiva com outras empresas e à fragmentação de cadeias de valor. Nesse sentido, Manuel Castells destaca que “as corporações multinacionais são as poderosas proprietárias da riqueza e da tecnologia na economia global, já que a maioria das redes está estruturada em torno delas. Mas, ao mesmo tempo, as redes descentralizadas são diferenciadas dentro delas e dependem de seus membros externos em uma estrutura complexa e mutável de redes interligadas” (Castells 2005a, 220-221). Tudo isso permitiu a redução dos custos das transnacionais em suas atividades de coordenação, logística e monitoramento.

Esses fatores contribuíram para posicionar as ETNs como fundamentais no funcionamento da economia global e são as principais responsáveis pelo desenvolvimento e expansão das cadeias globais de valor (CGV). De fato, os Estados centrais e suas empresas transnacionais caracterizam-se por permanecer na vanguarda dos métodos organizacionais, gerenciando as cadeias produtivas globais e controlando os pontos nodais que geram mais lucros. A esse respeito, Immanuel Wallerstein descobriu que “as atividades dos núcleos mais lucrativos tendem a se concentrar geograficamente em algumas áreas relativamente pequenas da economia mundial, as quais podemos coletivamente chamar de área central” (Wallerstein, 2008, p. 88).

No entanto, para aumentar sua capacidade econômica, os Estados centrais precisam absorver grandes quantidades de recursos materiais, que, em princípio, encontram em seu território. Esses recursos são zelosamente

protegidos por eles. O problema é quando os recursos estão esgotados ou insuficientes: uma vez assegurada a inexistência e a soberania dos territórios nacionais, os Estados centrais foram ao exterior em busca de mais recursos, ação que levou outros povos à submissão, bem como ao estabelecimento de colônias além de suas fronteiras e o controle de novas rotas estratégicas de comércio.

Ao longo da história, os Estados centrais controlaram territórios de valor natural e relevância geoestratégica: para Ruy Mauro Marini, “a criação de uma grande indústria moderna teria sido seriamente prejudicada se não houvesse países dependentes” (Marini 1986, 20). De fato, foram os processos de colonização e a definição de papéis específicos para cada sociedade na divisão internacional do trabalho que permitiram às sociedades centrais obter a dotação de recursos naturais necessários para sustentar o crescimento de suas classes trabalhadoras. Como explicado por Osvaldo Sunkel e Pedro Paz, a Revolução Industrial não foi um processo que ocorreu em países isolados, mas sim desenvolvida dentro de um sistema econômico e mundial que ligava países e regiões industrialmente avançados a áreas economicamente atrasadas. Finalmente, essas ligações assimétricas contribuíram para “adaptar estrutural e institucionalmente as economias e sociedades das áreas periféricas às necessidades do processo da Revolução Industrial no centro” (Sunkel e Paz 1980, 45). Assim, a concentração do poder econômico nos Estados centrais estimulou seu fortalecimento militar.

Desde sua origem, os Estados tiveram que enfrentar um problema urgente: a segurança. A história das relações internacionais mostrou que a produção econômica e o poder militar são necessários e se retroalimentam. Com sua pesquisa, Paul Kennedy demonstrou que há “uma conexão muito óbvia entre a ascensão e queda econômica de uma grande potência e seu crescimento e declínio como uma grande potência militar” (Kennedy 2007, 20). Embora elas não necessariamente ocorram em paralelo, a centralização da riqueza contribui para o aumento do poder militar.

Uma das características das Guerras Religiosas do século XVI foi o uso sistemático de mercenários que, junto a exércitos regulares e o rápido aperfeiçoamento de armas, criaram um clima de insegurança generalizado na Europa. Nesse contexto, o Estado via-se cada vez mais obrigado a garantir as condições para a realização da atividade econômica e, para isso, precisava desenvolver suas capacidades militares.

Deste modo, o Estado moderno aumentou seu poder econômico-militar por meio da colaboração recíproca entre monarcas e ricos. A esse respeito, Henri Pirenne escreve que entre governos e capitalistas foi estabelecida uma verdadeira solidariedade de interesses: “por um lado, sem a constante inter-

venção dos financistas, os príncipes não podiam cobrir suas despesas nem públicas nem privadas; mas, por outro, os grandes comerciantes, os banqueiros, os armadores, contam com os príncipes para os proteger contra os abusos do particularismo municipal, para reprimir as insurreições urbanas, para assegurar a circulação do seu dinheiro e da sua mercadoria” (Pirenne 2003, 156). Assim, no processo de moldar o Estado moderno, a associação entre riqueza e poder militar desempenhou um papel fundamental.

Atualmente, os Estados centrais seriam caracterizados por terem capacidades significativas de segurança nacional. Um indicador que reflete o poder militar é o gasto destinado a este item. No entanto, os Estados centrais - ao contrário de alguns semiperiféricos e periféricos que também designam grandes somas de dinheiro para sua defesa - podem fazer o uso mais eficiente dos gastos militares, investindo em pesquisa e tecnologia para a guerra. Assim, as forças armadas dos Estados centrais seriam caracterizadas como qualitativamente mais avançadas em seus arsenais e táticas de guerra.

O poder sócio-institucional dos Estados centrais

Historicamente, os centros foram constituídos como as áreas mais produtivas e competitivas do mundo. Isto é verificável não só a nível nacional, mas também em termos de produto nacional bruto per capita, isto é, no conjunto de bens e serviços produzidos por uma sociedade nacional, incluindo os nacionais que trabalham no estrangeiro.

Os Estados centrais são economicamente competitivos porque desenvolveram uma estrutura produtiva que é eficientemente ligada e capaz de garantir as condições para a competição econômica em nível nacional, mas também geraram um mercado interno e conseguiram adquirir recursos humanos especializados. Em outras palavras, a competitividade dos Estados centrais não foi apenas determinada pela eficiência produtiva e pelas condições de competição econômica, mas também pela quantidade e qualidade de suas bases populacionais. A esse respeito, Pablo Valdés e Juan Salazar explicam que “uma grande população geralmente significa vida, atividade, progresso e poder internacional” (Valdés e Salazar 1987, 24). Nesse sentido, uma das características demográficas dos Estados centrais é que eles têm as bases populacionais necessárias para a locação das atividades econômicas e militares.

A principal diferença das sociedades centrais em relação às periféricas e semiperiféricas, é o nível de bem-estar relativo do qual desfrutam. E é essa a origem da alta produtividade dos Estados centrais, que está intrinsecamente relacionada às suas populações educadas, bem alimentadas, saudáveis e, por-

tanto, mais qualificadas.

Devido à sua alta produtividade em nível geral e individual, os Estados centrais conseguiram se colocar na vanguarda do capitalismo, o que lhes permitiu consolidar mercados nacionais altamente dinâmicos e atraentes; mas, ao mesmo tempo, centralizar a riqueza de sua expansão para outros territórios. Graças a isso, os habitantes das sociedades centrais gradualmente aumentaram seus níveis de renda e consumo. Então, sociedades com altos padrões de consumo avançaram para a construção de aparatos governamentais modernos que contribuíram não apenas para manter os níveis de bem-estar já alcançados, mas principalmente para aprofundar os padrões e a quantidade de cidadãos beneficiados. De fato, problemas no bem-estar ou progresso de uma sociedade nacional, referem-se imediatamente ao exame das políticas implementadas pelo seu governo.

Nesta perspectiva, Daron Acemoglu e James Robinson argumentam que são as instituições políticas que determinam o desenvolvimento econômico de um Estado. Para eles, “cada sociedade trabalha com uma série de regras políticas e econômicas criadas e impostas pelo Estado e pelos cidadãos coletivamente. As instituições econômicas moldam os incentivos econômicos, [...] é o processo político que determina sob quais instituições econômicas serão vividas e as instituições políticas que determinam como esse processo funciona” (Acemoglu e Robinson 2012, 59-60). Parafraseando os economistas aqui citados, é possível destacar que os Estados centrais avançaram no desenvolvimento de instituições políticas inclusivas - insuficientemente centralizadas e pluralistas - que, ao final, contribuíram para o estabelecimento de instituições econômicas inclusivas, que se caracterizam promovendo e possibilitando “a participação da maioria das pessoas em atividades econômicas que fazem melhor uso de seus talentos e habilidades e permitem que cada indivíduo escolha melhor o que deseja” (Acemoglu e Robinson 2012, 96). Desta forma, a prosperidade de um país está intimamente ligada à qualidade de seu governo e suas instituições.

Agora, o bem-estar de uma sociedade nacional ocorre por meio da intervenção estatal “inclusiva” em três áreas do empreendimento humano: saúde, educação e pesquisa.

Embora a saúde de uma sociedade possa ser fortemente condicionada por fatores climáticos e culturais, cabe ao Estado desenhar estratégias que visem: 1) proteger a saúde pública dos riscos e danos sérios, 2) promover hábitos saudáveis de higiene ou estilos de vida entre a sociedade que contribuem para a erradicação ou prevenção de doenças e 3) desenvolver medicamentos e infraestrutura clínica que ajudem a restaurar a saúde dos indivíduos mais afetados. Os Estados centrais historicamente se distinguiram por possuírem

sistemas de saúde pública altamente eficientes, isto é, sistemas que funcionam efetivamente (embora sempre em termos relativos a cada época) na proteção, promoção e restauração da saúde entre seus cidadãos. Prova disso é que suas populações apresentam redução dos índices de mortalidade infantil e desnutrição, baixas taxas de mortalidade materna e, em geral, altos padrões de expectativa de vida ao nascer.

Outro fator fundamental para a proteção da saúde pública tem sido a gestão e o uso de recursos naturais. A poluição do ar, água, solo, alimentos, etc., tem sido historicamente o desencadeador de epidemias e pragas. Não se pode dizer que os Estados centrais não tenham destruído seu meio ambiente e poluído seus recursos; de fato, os Estados centrais também ultrapassaram as chamadas “curvas ambientais de Kuznets” (Gudynas 2004, Dauvergne 2011), mas em uma época na qual isso era historicamente viável e sustentável.

Intimamente relacionado ao campo da saúde pública está a educação. O objetivo principal da educação pública é e tem sido garantir sua acessibilidade a toda a população. Neste trabalho, sem dúvida, o governo nacional desempenha um papel fundamental, uma vez que é o principal responsável pelo planejamento, revisão e implementação dos currículos (para todos os níveis de ensino).

Deve-se enfatizar que o mais relevante na educação não é apenas sua contribuição para o desenvolvimento de habilidades de redação, compreensão de leitura e cálculo matemático, competências essenciais para o funcionamento de qualquer sociedade moderna; mas o mais extraordinário é o efeito que tem como catalisador e condutor de talentos criativos entre os indivíduos, que contribuem para revigorar o desenvolvimento e, em última análise, o bem-estar geral: nas palavras de Daron Acemoglu e James Robinson, é a educação “que gera o conhecimento científico sobre o qual o progresso é construído e o que permite a adaptação e adoção dessas tecnologias em várias linhas de negócios” (Acemoglu e Robinson 2012, 100).

Nesse sentido, uma característica importante que distingue os Estados centrais nessa área é que eles possuem sistemas educacionais altamente competitivos, que operam baseados em uma infraestrutura física moderna e com recursos humanos capacitados. Isso é possível graças ao investimento sustentado e prolongado - tanto na educação básica, técnica e profissional -, que contribuiu para reduzir o analfabetismo e elevar a escolaridade média dos indivíduos. Desta forma, altas taxas de educação em jovens e adultos levaram essas sociedades a aprofundar seus conhecimentos através de instituições educacionais de ensino superior ou avançado: as universidades. Os Estados centrais também se destacam pelo acúmulo de universidades, centros de pesquisa, laboratórios e think tanks com enorme prestígio mundial.

Finalmente, tais sociedades ativas e produtivas envolvem necessariamente grandes demandas de energia. Nenhuma nação, por mais avançada que seja em seu processo de industrialização, conseguiu ser completamente autossuficiente em termos de energia. No entanto, por estarem na vanguarda do desenvolvimento produtivo, os Estados centrais têm a possibilidade de relativamente ficarem sem os seus próprios combustíveis, já que os importam do exterior. Além disso, ao longo da história, tiveram infraestrutura tecnológica para inovar em energia forte e economizar quantidades crescentes de combustível.

O poder comunicativo-cultural dos Estados centrais

À medida que os países centrais avançam no desenvolvimento econômico, os valores e estilos de vida em suas sociedades vão sendo modificados, estabelecendo modas e tendências em termos culturais, intelectuais e ideológicos.

A atratividade dos Estados centrais sobre o resto das sociedades nacionais mais atrasadas foi teorizada sob o nome de “efeito de demonstração” (Barre 1962, 41). Para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, o efeito demonstração supõe - na esfera econômica - que a modernização “ocorre por meio do consumo e que, conseqüentemente, introduz um elemento de alteração no sistema produtivo que pode causar um desvio dos ‘estágios’ de industrialização característicos dos países avançados” (Cardoso e Faletto 1999, 16). Isso significa que a vantagem econômica alcançada pelos Estados centrais influencia os retardatários, induzindo-os a imitar ou emular os mesmos estágios de industrialização seguidos por eles. No entanto, o efeito demonstrativo não se limita apenas ao econômico, mas também “pressupõe que os mesmos fatores que favorecem esse processo pressionam os países subdesenvolvidos a alterar outros aspectos do comportamento humano - no campo político e no social - antes da diferenciação completa do sistema produtivo ser verificada” (Cardoso e Faletto 1999, 16). Portanto, a influência que os Estados centrais podem exercer sobre os Estados periféricos e semiperiféricos não se limita ao nível econômico, mas vai além do sócio-cultural, ideológico e dogmático. Esse poder de atração de alguns Estados também foi teorizado com o nome de *soft power* (Nye 2004a, Nye 2004b). Nos termos de Immanuel Wallerstein, a batalha ideológico-cultural é travada no campo da geocultura (Wallerstein, *Geopolítica y geocultura* 2007).

A questão, então, é como os Estados centrais exercitam seus efeitos de demonstração, aumentam seu *soft power* ou poder simbólico e se superam

geoculturalmente? Existem alguns aspectos que escapam ao aparato estatal, pois estão enraizados na cultura popular ou no desenvolvimento histórico; mas existem outros meios que dependem diretamente dos governos e da gestão dos recursos públicos.

Os gastos do governo, isto é, o gasto total feito por um governo nacional, visam reparar os fracassos do mercado nacional e impulsionar o consumo público através da redistribuição social da riqueza. Como já explicado nas seções anteriores, algumas áreas estratégicas, nas quais os gastos do governo intervêm, são: defesa, educação, saúde, energia, pesquisa e desenvolvimento. Certamente, o destino final dos gastos públicos é a sociedade nacional, mas sua incidência vai muito além das fronteiras: Estados com altos gastos do governo têm a possibilidade não apenas de influenciar alguns setores-chave para o desenvolvimento, mas também podem intervir em outros - como turismo, diplomacia, comunicação, criatividade e tecnologia - que contribuem diretamente para transmitir no exterior imagens ou projeções específicas da sociedade-nacional. Uma característica dos Estados centrais é que, historicamente, eles tiveram gastos do governo que lhes permitiram exercer efeitos demonstrativos, fortalecer seu soft power e influenciar outros geoculturalmente.

No entanto, os gastos públicos também permitem que os Estados mantenham representações fora de seu território - seja perante outros Estados ou contra organizações internacionais - por meio de suas missões diplomáticas: baixo orçamento restringe a presença internacional de um Estado; maior gasto público permite que um Estado estabeleça relações diplomáticas com mais Estados e participe de mais organizações internacionais. Além disso, por várias décadas, os países ricos alocaram quantias especiais de seu orçamento para ajudar os países mais pobres. Esses desembolsos de doações ou créditos foram denominados como assistência ou ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD). O escopo da AOD é extremamente significativo, pois os doadores podem usá-lo como uma ferramenta de influência ou pressão para que os destinatários assumam determinadas posições em fóruns internacionais ou implementem determinadas políticas internas. Naturalmente, os Estados centrais não apenas dispensaram a AOD, mas, historicamente, têm sido os principais doadores e fornecedores de ajuda para as economias mais atrasadas.

Outro meio pelo qual um Estado demonstra sua atração cultural é o turismo internacional. O turismo é uma atividade muito complexa, envolvendo uma ampla gama de atividades, setores, produtos e serviços. Por essa razão, tem sido visto, por várias décadas, como “uma atividade essencial da vida das nações, por suas consequências diretas para os setores social, cultural, educacional e econômico das sociedades nacionais e suas relações internacio-

nais em todo o mundo” (Organização Mundial do Turismo, 1980). Embora alguns dos atores mais relevantes para o turismo sejam as empresas de turismo (micro, pequena, média e grande) e a sociedade civil (organizações não-governamentais, instituições educacionais, grupos empresariais, etc.), sem dúvida o governo é o principal responsável não apenas pela regulamentação do turismo, mas principalmente pelo fornecimento da infraestrutura necessária para a recepção, mobilidade e conforto dos turistas. Nesse sentido, a atividade e a infraestrutura de turismo dependem em grande parte dos gastos do governo.

Os Estados centrais destacaram-se por ter obras, espetáculos e locais de grande interesse turístico; mas, mais do que isso, eles têm os recursos para se promover internacionalmente. Além disso, desenvolveram infraestrutura suficiente para receber e garantir a segurança de milhares de visitantes. Desta forma, o turismo nos Estados centrais tem um duplo efeito: por um lado, permite que as moedas internacionais sejam capturadas direta e eficientemente; por outro, fortalece uma imagem da sociedade entre os turistas e dissemina os estereótipos da nação em seus países de origem.

Intimamente relacionados ao turismo estão os meios de comunicação e as telecomunicações. Esta área seria formada por dois itens principais: dispositivos para comunicação e conteúdo da mensagem.

Historicamente, pode-se observar que a prevalência de níveis mínimos de prosperidade tem sido uma condição necessária na invenção de novos meios de comunicação: atividades produtivas de alto valor agregado relacionadas ao design industrial e inovação florescem especialmente em sociedades que gozam de altos níveis de educação, prosperidade econômica e relativa paz social. Por estas razões, os Estados centrais são cenários ideais para inventividade e criatividade. No entanto, o benefício do desenvolvimento tecnológico para as economias centrais reside tanto no usufruto resultante de sua comercialização e venda em massa, quanto no registro de direitos exclusivos sobre novos produtos ou tecnologias. Os Estados centrais são pioneiros na pesquisa e desenvolvimento de TICs, mas também na fabricação e exportação de produtos de alta tecnologia, especialmente com as indústrias de informática e eletrônica. Isso em relação aos dispositivos de comunicação.

Em relação ao conteúdo da mensagem, a mídia representa um instrumento de poder, pois é por meio dela que os Estados promovem imagens, transmitem discursos, divulgam propaganda ou manipulam mensagens informativas com o objetivo de fortalecer os interesses de grupos específicos. É por isso que as indústrias culturais, informativas e criativas são um fator indispensável na legitimação do poder nacional de qualquer Estado.

Nessas áreas, os Estados centrais têm recursos suficientes para desenvolver meios inovadores de comunicação, bem como para fornecer-lhes

conteúdo. Esse trabalho é feito em parceria com as empresas transnacionais e a sociedade civil, no qual são importantes não apenas celebridades, artistas e empresários, mas também universidades, think tanks e meios de comunicação de massa, para mencionar os mais destacados.

Além do entretenimento simples, o padrão delineado pelos Estados centrais também vai além do que é definido como ciência, isto é, o campo da ciência. O pensador indiano Chakravorty Spivak argumenta que “o significado/conhecimento se cruza com o poder” (Spivak 2010, 216). Em termos de relações de poder, é possível verificar que, ao longo dos séculos, os Estados centrais impuseram uma certa episteme aos Estados menos desenvolvidos do sistema mundial. Este trabalho continua até hoje por meio da produção e reprodução de conhecimento através de artigos publicados em livros, fascículos e periódicos considerados científicos.

Finalmente, sendo zonas economicamente prósperas, os Estados centrais exercem grande força de atração sobre as sociedades nacionais localizadas na semiperiferia e na periferia do sistema. Isso, no jogo do livre mercado, é traduzido, como argumenta Raymond Barre, em “um centro de expansão, industrial ou comercial, é um centro de atração de homens, bens e serviços, capital, vida intelectual e social” (Barre 1962, 46). Desse modo, uma característica das sociedades centrais é o número de migrantes que habitam seus territórios, fato que contribui para o seu cosmopolitismo. E a pluralidade de grupos sociais com origens étnicas diversas tem impacto no diálogo inter-civilizacional, traz novos valores e ideias e enriquece culturalmente a sociedade.

Categorias de Estados centrais na estrutura internacional

No século XVII, a economia mundial capitalista já estava instalada e centrada na Europa. Mais especificamente, Fernand Braudel considerou - naquele momento - que “o núcleo do mundo é a minúscula Holanda” (Braudel 1986, 99). Mas Amsterdã e as Províncias Unidas são exclusivamente o núcleo da economia mundial moderna ou é possível mencionar algumas regiões vizinhas? Além disso, quando a Holanda perder sua hegemonia em favor da Grã-Bretanha, que área geográfica poderia ser considerada o centro?

Ao fazer uma descrição empírica dos Estados pertencentes ao centro, Werner Sombart escreveu: “o centro capitalista foi constituído pela Inglaterra durante a primeira metade do século XIX; mais tarde, durante a maior parte da época do apogeu do capitalismo, pela “Europa Ocidental”, isto é, além da Inglaterra, um espaço limitado por uma linha que, a partir do sul da Suécia, seguida por Antuérpia, Amiens, Paris, Mülhausen, Milão, Vorarlberg, Baixa

Áustria, Morávia, Lodz e Berlim, para voltar à Suécia; e finalmente, durante a última geração, a região oriental dos Estados Unidos da América tornou-se parte deste centro” (Sombart 1946, 10-11). Assim, se fosse para sair do sul da Suécia (por exemplo, em Estocolmo), o perímetro descrito por Werner Sombart incluiria - além da Grã-Bretanha - os territórios do que é atualmente a Holanda, Bélgica, Luxemburgo, França, Suíça, Itália, Áustria, República Checa, Polônia, Alemanha e Dinamarca. De fato, todos esses países se distinguiram historicamente por sua centralidade na economia mundial. Mas, no contexto atual, quais outros poderiam ser classificados como Estados centrais?

Peter Taylor e Colin Flint, por sua vez, argumentaram que é comum usar o termo “centro” para se referir aos países ricos da América do Norte, Europa Ocidental e Japão” (Taylor e Flint 2002, 21). Mas, empiricamente, de que Estados da América do Norte e da Europa Ocidental eles estão falando? Estas regiões são as únicas com Estados centrais?

Com base nas ideias apresentadas na seção anterior, os Estados centrais são aqueles que se destacam não necessariamente por possuírem o maior poder econômico-militar, mas por possuírem importantes níveis de poder sócio-institucional - estáveis nos altos níveis de bem-estar social - e por terem níveis significativos de poder comunicativo-cultural para sua projeção geocultural no sistema. Atualmente, 29 podem ser mencionados como Estados centrais: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Irlanda, Israel, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Singapura, Suécia e Suíça. Evidentemente, existem diferenciações hierárquicas e funcionais entre o grupo de Estados centrais aqui mencionados. Para distingui-los mais claramente, os Estados centrais serão classificados e analisados aqui baseados em três categorias: grandes potências, potências médias e Estados semi-centrais.

Grandes potências e potências médias

As grandes potências são os Estados que, ao longo da história, mostraram a maior dotação de capacidades materiais, semi-materiais e imateriais. Graças a isso, bem como ao seu formidável posicionamento na economia mundial, as grandes potências têm poder suficiente para agir autonomamente, impor suas políticas a outros países e liderar a economia global. Nesse sentido, são os principais atores da governança internacional: em outras palavras, as grandes potências são diretivas ou constituem o diretório da governança

internacional. São 7: Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Reino Unido, Itália e Canadá.

Em termos hierárquicos, depois das grandes potências, existem as potências médias: Estados igualmente centrais, com importantes níveis de desenvolvimento e bem-estar social, mas com menos poder econômico-militar e poder comunicativo-cultural. São 11: Espanha, Austrália, Coreia do Sul, Holanda, Suécia, Bélgica, Suíça, Áustria, Israel, Noruega e Dinamarca.

Devido à sua posição importante na estrutura internacional, as potências médias são atores destacados para a governança internacional. Entretanto, diferentemente das grandes potências que lideram e dirigem, as potências médias têm relativamente menos poder econômico-militar, o que restringe parcialmente seu desempenho e as força a adotar papéis “secundários”: as grandes potências conduzem, enquanto as potências médias estão em segundo plano. Assim, as potências médias podem ser qualificadas como contribuintes (Rocha e Morales, 2010), pois, em termos gerais, elas cooperam amplamente com as grandes potências em diferentes espaços, fóruns e organizações.

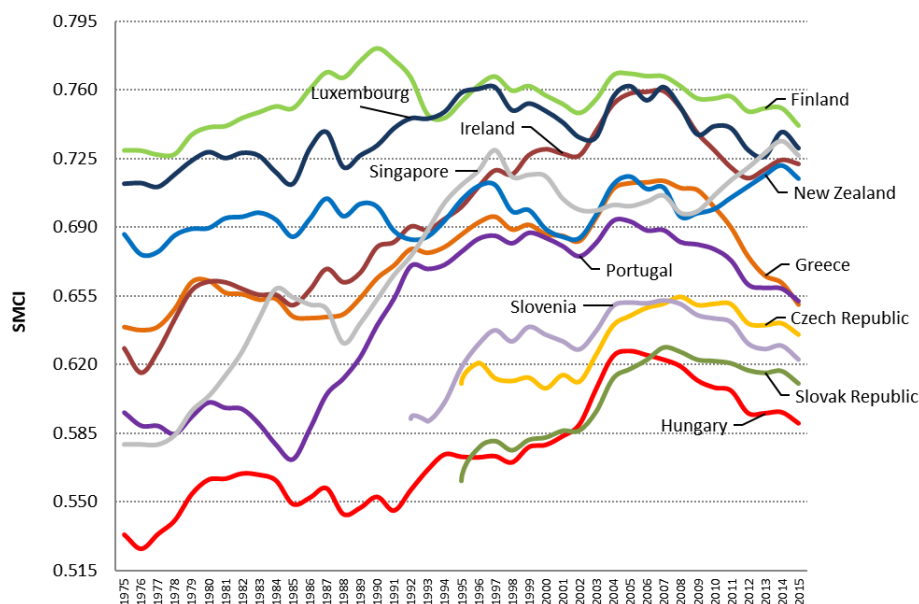
Estados semi-centrais: a parte menos favorecida do centro do sistema mundial

Possuindo níveis de bem-estar quase tão altos quanto os das potências médias, há um grupo de Estados desenvolvidos que exhibe certas especificidades. Seguindo os rankings do FMI, a maior parte desse grupo de países desfruta do reconhecimento das economias avançadas (Fundo Monetário Internacional 2013, 121), embora, obviamente, não seja como as grandes potências ou as potências médias. Estes Estados são 11: República Checa, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Luxemburgo, Nova Zelândia, Portugal, Cingapura, Eslováquia e Eslovênia.

De acordo com os dados do Índice de Capacidades Semi-materiais (ICSM) (Rocha e Morales 2018), é possível corroborar que, imediatamente após as sete grandes potências e as onze potências médias, os Estados semi-centrais se destacam por seus altos níveis de poder, desenvolvimento e prosperidade: além de estarem aptos a resolver sistemas eficientes de educação e saúde, nos últimos cinco anos as pequenas sociedades desses países (entre 11 milhões e 500 mil habitantes) mantiveram um PIB per capita superior a US \$ 16.000 (com exceção da Hungria) e um consumo de energia superior a 3.000 quilowatts per capita. No Gráfico 1 - Índice de Capacidade Semi-Material dos Estados Semi-centrais, 1975-2015, é possível perceber que as capacidades se-

mi-materiais, fonte do poder sócio-institucional dos Estados, mantiveram-se elevadas e relativamente inalteradas nas últimas três décadas, com exceção dos notórios casos de Singapura (antes de 1984), Portugal (antes dos anos 90), Hungria e Eslováquia (nos anos anteriores ao século XXI).

Gráfico 1. Índice de Capacidades Semi-Materiais dos Estados Semi-Centrais, 1975-2015



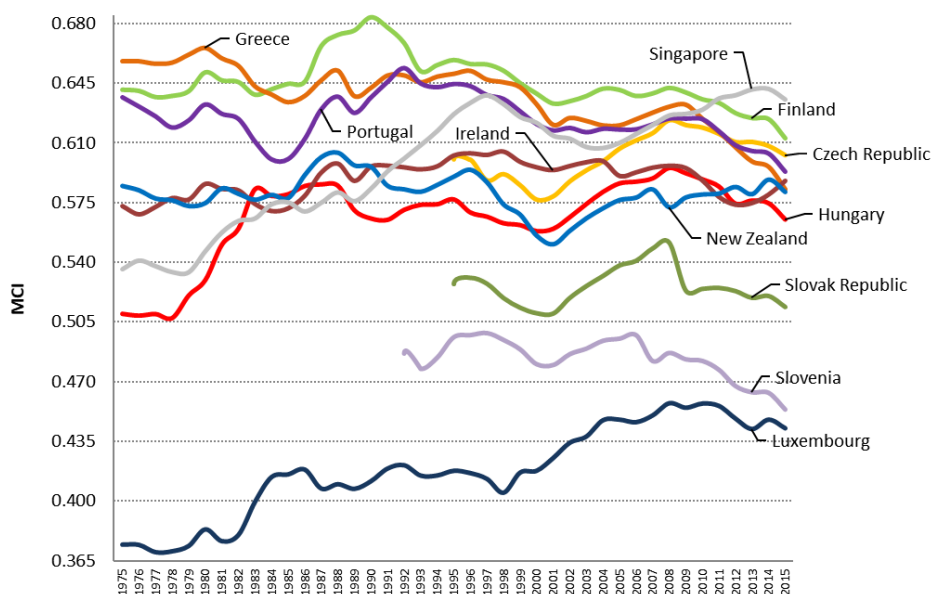
Elaboração própria.

Uma característica deste grupo de Estados é a notória falta de poder econômico-militar. Como mostram os dados do Índice de Capacidades Materiais (MCI) (Rocha e Morales 2018), esses países são caracterizados pela falta de recursos materiais para o exercício da força na política internacional. O PNB de nenhum deles (exceto a Grécia entre 2008 e 2010) ultrapassou um terço de um trilhão de dólares; suas áreas territoriais são relativamente pequenas (sendo a Finlândia a mais extensa), suas taxas de crescimento populacional estão abaixo de 2%, seus gastos militares são curtos (exceto para Singapura e Grécia, o resto nunca destinou mais de US\$ 5 bilhões nesta área), os valores para pesquisa e desenvolvimento são relativamente pequenos (nunca excederam US\$ 10 milhões) e suas reservas internacionais e comércio com o mundo são relativamente menores. Assim, suas capacidades materiais -

fontes de poder econômico-militar - poderiam ser qualificadas simplesmente como medianas.

Além disso, um fenômeno que pode ser visto no Gráfico 2. Índice de Capacidades Materiais dos Estados Semi-Centrais, 1975-2015 e que é importante destacar, é que todos esses países estão decaindo relativamente e em velocidades diferentes. Isso sugere que esses países estão atravessando uma redução gradual no que se refere à sua força.

Gráfico 2. Índice de Capacidades Materiais dos Estados Semi-Centrais, 1975-2015



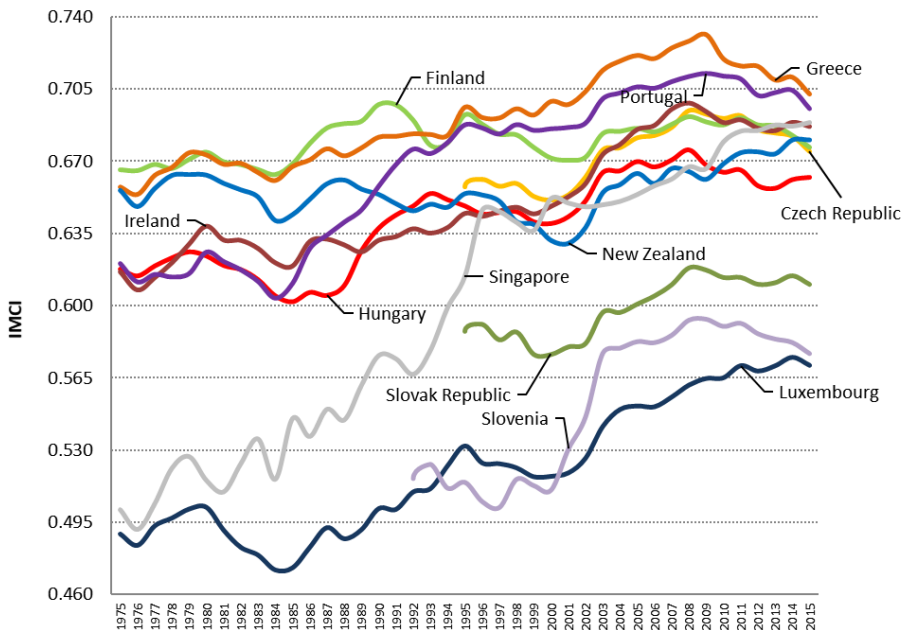
Elaboração própria.

Como se vê com o poder econômico-militar, o poder comunicativo-cultural desse grupo de Estados também é mediano, como corroboram os dados do Índice de Capacidades Imateriais (AIDPI) (Rocha e Morales 2018): todos os Estados aqui identificados como semi-centrais são os doadores da APD e sua atratividade cultural é relevante (basta observar os valores coletados para o turismo internacional e o número de migrantes que vivem em seu território). No entanto, ao mesmo tempo, seus gastos públicos e a produção acadêmica de suas universidades são significativamente menores do que as grandes potências e as potências médias. Uma deficiência importante está na menor

amplitude e na menor influência de sua mídia, o que reduz sua capacidade de comunicação e influência global.

A partir das curvas apresentadas no Gráfico 3. Índice de Capacidades Imateriais dos Estados Semi-Centrais, 1975-2015, é possível destacar duas situações: 1) apesar de suas limitações, o poder comunicativo-cultural desses países tem aumentado lentamente em décadas recentes; 2) os Estados que possuem as maiores capacidades imateriais do grupo aqui apresentado são a Grécia e Portugal, países que, graças ao seu passado glorioso, ainda se projetam como marcos culturais e turísticos para muitas nações.

Gráfico 3. Índice de Capacidades Imateriais de Estados Semi-Centrais, 1975-2015



Elaboração própria.

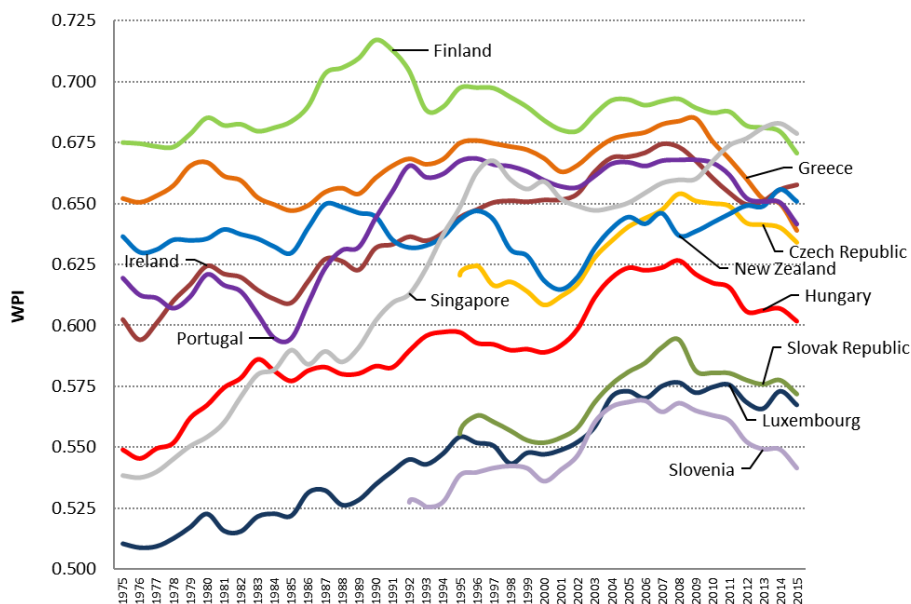
Ao contrário das grandes potências e potências médias, que gozam de uma posição notoriamente central por vários séculos, os Estados mencionados aqui, ou emergiram recentemente da semiperiferia para serem incorporados ao centro do sistema, graças à sua proximidade geográfica com os poderes centrais (em uma espécie de “efeito de arrasto” que é demonstrado pelos processos de modernização que ocorreram, por exemplo, com a Repú-

blica Checa, Eslováquia e Eslovênia no final da Guerra Fria) ou foram, séculos atrás, poderes médios que não puderam manter seu posicionamento estrutural e declinaram (por exemplo, Grécia e Portugal). Assim, a posição em que esses países estão localizados é a mais marginal do centro: a parte menos favorecida do centro ou semi-centro. Além disso, esses países historicamente dependiam de sua ligação com os poderes centrais e suas dinâmicas de expansão/contração para permanecerem no centro. Por esta razão, tais países serão classificados como estados semi-centrais, devido à sua posição terciária no centro da economia mundial, isto é, depois do núcleo principal formado pelas grandes potências e pelo núcleo secundário composto pelas potências médias.

Em resumo, o Índice de Poder Mundial (IPM) - que mostra o poder nacional fazendo uma compilação das capacidades materiais, semi-materiais e imateriais - dos Estados semi-centrais pode ser expresso da seguinte forma (ver Anexo): MCI médio || SMCI alto || AIDPI médio. Em termos empíricos, os Estados semi-centrais são: Cingapura, Finlândia, Irlanda, Grécia, Portugal, Nova Zelândia, República Checa, Hungria, Eslováquia, Luxemburgo e Eslovênia.

A notória falta de capacidades materiais e imateriais demonstradas pelos Estados semi-centrais leva-os a uma posição estrutural significativamente mais modesta nas inter-relações de poder e em toda a hierarquia internacional. De fato, apesar de serem Estados desenvolvidos, nunca receberam a qualificação de “potências”, com a notória exceção de Portugal e da Grécia durante os seus anos de glória muitos séculos atrás. Atualmente, não é possível conceder-lhes essa qualificação, e será muito difícil para eles alcançá-la nos próximos anos, uma vez que, como pode ser visto no Gráfico 4 (próxima página)- Índice de Poder Mundial para Estados Semi-Centrais, 1975- 2015 - sua situação não é de ascensão estrutural, mas de estagnação e, até, de regressão.

Gráfico 4. Índice de Poder Mundial para Estados Semi-Centrais, 1975-2015



Elaboração própria.

Apesar de sua relativa marginalidade, os Estados semi-centrais desempenham papéis específicos no funcionamento e na governança do sistema mundial. Enquanto as semiperiferias servem como zonas de amortecimento da resistência a partir da periferia (correia externa), Estados semi-centrais atuam como uma última instância de distensão de pressões da semiperiferia (correia interna). Por isso, historicamente, muitos dos Estados semi-centrais são caracterizados como convulsivos e instáveis (por exemplo, República Checa, Eslováquia ou Eslovênia). Do ponto de vista geopolítico, as zonas semi-centrais serviram como “fronteiras naturais” da modernidade (por exemplo, Grécia na Europa, Nova Zelândia na Oceania) e levaram à criação de “Estados-tampão” (por exemplo, Finlândia ou Estônia) ex officio os interesses do poder central.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo, a princípio, a caracterização dos Estados centrais com base em seu poder econômico-militar, sócio-institucional e

ideológico-cultural; e, num segundo momento, a identificação de uma nova categoria de Estados centrais não poderosos: os Estados semi-centrais.

Embora sejam relativamente marginais por causa de suas capacidades materiais e imateriais significativamente mais baixas, as grandes potências e as potências médias precisam de Estados semi-centrais para manter a estabilidade no centro do sistema mundial e da governança internacional. Por esta razão, a algumas décadas atrás, estes Estados foram incorporados em importantes organizações internacionais, como a OCDE (todos com membros, exceto Cingapura), a OTAN (exceto Finlândia, Irlanda, Nova Zelândia e Singapura), o Espaço Econômico Europeu e na OSCE (nestes, devido à sua localização geográfica, a Nova Zelândia e Cingapura não participam). Devido às razões explicadas neste artigo, argumenta-se que os Estados semi-centrais - mais do que coadjuvantes - são subsidiários aos interesses, diretrizes e ações das grandes potências e das potências médias.

ANEXOS

ÍNDICE DE PODER MUNDIAL (IPM) PARA ESTADOS SEMI-CENTRAIS, 1975-2015											
IPM	Rep.Checa	Finlândia	Grécia	Hungria	Irlanda	Luxemb.	N. Zelândia	Portugal	Cingapura	Eslováquia	Eslovênia
1975	-	0.675	0.652	0.549	0.602	0.510	0.637	0.619	0.538	-	-
1976	-	0.674	0.651	0.546	0.594	0.509	0.630	0.613	0.538	-	-
1977	-	0.673	0.653	0.550	0.601	0.509	0.631	0.611	0.540	-	-
1978	-	0.673	0.658	0.552	0.610	0.513	0.635	0.607	0.545	-	-
1979	-	0.678	0.666	0.562	0.617	0.517	0.635	0.612	0.551	-	-
1980	-	0.685	0.667	0.567	0.624	0.523	0.636	0.621	0.554	-	-
1981	-	0.682	0.661	0.574	0.621	0.516	0.639	0.617	0.560	-	-
1982	-	0.682	0.660	0.578	0.620	0.515	0.637	0.614	0.571	-	-
1983	-	0.680	0.653	0.586	0.615	0.522	0.636	0.605	0.580	-	-
1984	-	0.681	0.650	0.581	0.611	0.523	0.632	0.595	0.582	-	-
1985	-	0.684	0.647	0.577	0.609	0.522	0.630	0.595	0.590	-	-
1986	-	0.690	0.649	0.581	0.618	0.531	0.640	0.609	0.584	-	-
1987	-	0.703	0.655	0.583	0.627	0.532	0.650	0.624	0.589	-	-
1988	-	0.706	0.657	0.580	0.626	0.526	0.649	0.631	0.585	-	-
1989	-	0.710	0.654	0.580	0.623	0.528	0.646	0.632	0.591	-	-
1990	-	0.717	0.661	0.583	0.632	0.535	0.645	0.644	0.602	-	-
1991	-	0.713	0.666	0.583	0.633	0.540	0.635	0.655	0.609	-	-
1992	-	0.704	0.669	0.590	0.636	0.545	0.632	0.665	0.613	-	0.527
1993	-	0.688	0.666	0.596	0.635	0.543	0.633	0.661	0.624	-	0.525
1994	-	0.690	0.668	0.597	0.638	0.547	0.636	0.662	0.637	-	0.527
1995	0.620	0.697	0.675	0.597	0.644	0.554	0.644	0.667	0.648	0.555	0.538
1996	0.625	0.697	0.676	0.593	0.648	0.552	0.647	0.668	0.663	0.563	0.540
1997	0.616	0.697	0.675	0.592	0.650	0.551	0.643	0.666	0.668	0.560	0.541
1998	0.618	0.694	0.674	0.590	0.651	0.543	0.631	0.665	0.660	0.557	0.542
1999	0.614	0.690	0.672	0.590	0.651	0.548	0.629	0.663	0.656	0.553	0.541
2000	0.608	0.684	0.669	0.589	0.652	0.547	0.618	0.659	0.659	0.552	0.536
2001	0.612	0.680	0.663	0.592	0.652	0.549	0.615	0.657	0.652	0.554	0.541
2002	0.617	0.680	0.666	0.599	0.654	0.552	0.620	0.657	0.649	0.558	0.547
2003	0.628	0.687	0.672	0.611	0.663	0.558	0.632	0.661	0.647	0.568	0.560
2004	0.635	0.692	0.677	0.619	0.669	0.571	0.640	0.666	0.648	0.576	0.566
2005	0.640	0.693	0.678	0.624	0.669	0.573	0.645	0.667	0.650	0.581	0.568
2006	0.644	0.690	0.679	0.623	0.671	0.570	0.642	0.665	0.654	0.585	0.569
2007	0.647	0.692	0.683	0.624	0.675	0.575	0.646	0.667	0.658	0.591	0.564
2008	0.654	0.693	0.684	0.627	0.673	0.577	0.637	0.668	0.660	0.594	0.568
2009	0.651	0.689	0.685	0.621	0.668	0.573	0.639	0.668	0.660	0.581	0.565
2010	0.650	0.687	0.676	0.617	0.661	0.575	0.642	0.667	0.667	0.580	0.563
2011	0.649	0.688	0.668	0.616	0.654	0.576	0.646	0.662	0.674	0.580	0.561
2012	0.642	0.682	0.660	0.606	0.650	0.569	0.649	0.652	0.677	0.578	0.552
2013	0.641	0.681	0.652	0.606	0.651	0.566	0.649	0.651	0.681	0.576	0.549
2014	0.640	0.679	0.650	0.607	0.656	0.573	0.656	0.650	0.683	0.577	0.549
2015	0.634	0.671	0.639	0.602	0.658	0.567	0.651	0.642	0.679	0.572	0.541

Estados Semi-centrais: Uma Nova Categoria para Repensar a Estrutura de Poder

Índice de Capacidades Materiais (ICM) para Estados Semi-Centrais, 1975-2015											
ICM	Rep. Tcheca	Finlândia	Grécia	Hungria	Irlanda	Luxemb.	N. Zelândia	Portugal	Cingapura	Eslováquia	Eslovênia
1975	-	0.641	0.658	0.509	0.573	0.375	0.585	0.637	0.536	-	-
1976	-	0.640	0.658	0.508	0.568	0.374	0.582	0.631	0.541	-	-
1977	-	0.637	0.656	0.509	0.572	0.370	0.577	0.626	0.538	-	-
1978	-	0.637	0.657	0.507	0.578	0.371	0.576	0.619	0.534	-	-
1979	-	0.640	0.662	0.520	0.577	0.374	0.573	0.623	0.534	-	-
1980	-	0.651	0.666	0.529	0.586	0.384	0.575	0.633	0.547	-	-
1981	-	0.647	0.660	0.550	0.583	0.377	0.583	0.627	0.558	-	-
1982	-	0.646	0.655	0.560	0.582	0.380	0.580	0.624	0.564	-	-
1983	-	0.638	0.643	0.583	0.574	0.400	0.577	0.611	0.566	-	-
1984	-	0.641	0.638	0.579	0.570	0.414	0.579	0.600	0.574	-	-
1985	-	0.645	0.634	0.580	0.572	0.416	0.578	0.600	0.575	-	-
1986	-	0.646	0.638	0.585	0.579	0.419	0.591	0.612	0.570	-	-
1987	-	0.667	0.647	0.586	0.592	0.407	0.602	0.630	0.575	-	-
1988	-	0.673	0.652	0.585	0.598	0.410	0.604	0.637	0.581	-	-
1989	-	0.676	0.637	0.571	0.588	0.407	0.597	0.628	0.576	-	-
1990	-	0.684	0.642	0.566	0.596	0.412	0.596	0.637	0.583	-	-
1991	-	0.678	0.650	0.565	0.596	0.419	0.585	0.646	0.594	-	-
1992	-	0.669	0.650	0.571	0.596	0.421	0.583	0.654	0.601	-	0.487
1993	-	0.652	0.646	0.574	0.594	0.415	0.581	0.645	0.609	-	0.478
1994	-	0.656	0.649	0.574	0.596	0.415	0.585	0.643	0.617	-	0.484
1995	0.600	0.659	0.651	0.577	0.602	0.418	0.590	0.645	0.627	0.527	0.496
1996	0.600	0.656	0.652	0.569	0.604	0.416	0.594	0.643	0.634	0.531	0.497
1997	0.588	0.656	0.647	0.567	0.603	0.413	0.587	0.638	0.638	0.527	0.499
1998	0.591	0.652	0.646	0.563	0.605	0.405	0.574	0.636	0.633	0.519	0.494
1999	0.585	0.645	0.643	0.562	0.599	0.417	0.568	0.629	0.625	0.513	0.489
2000	0.576	0.639	0.633	0.558	0.596	0.418	0.555	0.621	0.622	0.510	0.480
2001	0.578	0.633	0.621	0.560	0.594	0.425	0.550	0.617	0.614	0.510	0.480
2002	0.587	0.634	0.625	0.567	0.596	0.434	0.558	0.619	0.613	0.519	0.486
2003	0.594	0.637	0.623	0.574	0.598	0.438	0.566	0.616	0.608	0.526	0.489
2004	0.599	0.642	0.620	0.581	0.599	0.447	0.572	0.618	0.607	0.532	0.494
2005	0.606	0.641	0.620	0.586	0.590	0.448	0.576	0.618	0.610	0.538	0.495
2006	0.611	0.637	0.624	0.587	0.593	0.446	0.578	0.618	0.615	0.541	0.497
2007	0.615	0.639	0.628	0.589	0.595	0.450	0.583	0.621	0.621	0.548	0.482
2008	0.623	0.642	0.631	0.596	0.596	0.457	0.572	0.624	0.626	0.552	0.487
2009	0.620	0.639	0.632	0.592	0.595	0.455	0.578	0.624	0.627	0.523	0.483
2010	0.619	0.635	0.624	0.589	0.588	0.457	0.580	0.624	0.630	0.524	0.482
2011	0.615	0.633	0.616	0.585	0.578	0.456	0.580	0.617	0.636	0.525	0.477
2012	0.610	0.627	0.607	0.574	0.574	0.448	0.584	0.609	0.638	0.523	0.467
2013	0.610	0.624	0.599	0.576	0.575	0.442	0.580	0.605	0.642	0.519	0.464
2014	0.608	0.624	0.596	0.575	0.580	0.448	0.589	0.604	0.642	0.520	0.463
2015	0.602	0.612	0.583	0.565	0.588	0.443	0.581	0.593	0.636	0.514	0.454

Índice de Capacidades Semi-Materiais para Estados Semi-Centrais, 1975-2015											
ICSM	Rep. Tcheca	Finlândia	Grécia	Hungria	Irlanda	Luxemb.	N. Zelândia	Portugal	Cingapura	Eslováquia	Eslovênia
1975	-	0.729	0.639	0.533	0.628	0.712	0.686	0.596	0.579	-	-
1976	-	0.729	0.638	0.526	0.616	0.713	0.676	0.589	0.579	-	-
1977	-	0.727	0.639	0.533	0.627	0.711	0.677	0.589	0.579	-	-
1978	-	0.727	0.649	0.540	0.643	0.717	0.686	0.585	0.584	-	-
1979	-	0.737	0.662	0.554	0.658	0.724	0.689	0.593	0.596	-	-
1980	-	0.741	0.663	0.561	0.662	0.728	0.689	0.601	0.604	-	-
1981	-	0.742	0.657	0.562	0.662	0.725	0.694	0.598	0.614	-	-
1982	-	0.746	0.656	0.564	0.658	0.728	0.695	0.597	0.627	-	-
1983	-	0.749	0.653	0.564	0.655	0.726	0.697	0.590	0.643	-	-
1984	-	0.752	0.654	0.561	0.655	0.718	0.694	0.579	0.659	-	-
1985	-	0.751	0.645	0.549	0.650	0.712	0.685	0.572	0.654	-	-
1986	-	0.760	0.644	0.552	0.658	0.730	0.694	0.587	0.650	-	-
1987	-	0.769	0.644	0.557	0.669	0.739	0.705	0.605	0.648	-	-
1988	-	0.766	0.646	0.544	0.662	0.721	0.695	0.613	0.631	-	-
1989	-	0.775	0.654	0.547	0.667	0.727	0.702	0.624	0.641	-	-
1990	-	0.781	0.664	0.552	0.680	0.732	0.700	0.640	0.653	-	-
1991	-	0.775	0.671	0.545	0.682	0.741	0.688	0.654	0.666	-	-
1992	-	0.766	0.679	0.556	0.690	0.746	0.684	0.670	0.675	-	0.592
1993	-	0.747	0.677	0.566	0.688	0.745	0.685	0.669	0.688	-	0.591
1994	-	0.746	0.680	0.574	0.694	0.749	0.693	0.671	0.702	-	0.601
1995	0.610	0.754	0.686	0.573	0.700	0.759	0.704	0.677	0.711	0.561	0.619
1996	0.621	0.762	0.692	0.572	0.710	0.761	0.711	0.684	0.719	0.577	0.630
1997	0.613	0.767	0.696	0.573	0.719	0.761	0.712	0.686	0.729	0.581	0.637
1998	0.612	0.760	0.689	0.570	0.717	0.750	0.698	0.682	0.716	0.576	0.632
1999	0.613	0.762	0.691	0.578	0.727	0.753	0.699	0.687	0.717	0.582	0.639
2000	0.608	0.757	0.687	0.579	0.730	0.749	0.689	0.685	0.716	0.583	0.635
2001	0.615	0.753	0.686	0.583	0.727	0.744	0.685	0.680	0.705	0.586	0.632
2002	0.611	0.748	0.683	0.589	0.726	0.736	0.684	0.675	0.699	0.586	0.628
2003	0.625	0.755	0.695	0.608	0.739	0.736	0.696	0.682	0.698	0.596	0.637
2004	0.640	0.767	0.710	0.624	0.753	0.756	0.712	0.693	0.701	0.613	0.650
2005	0.645	0.768	0.713	0.627	0.758	0.762	0.716	0.693	0.701	0.618	0.652
2006	0.649	0.767	0.713	0.625	0.759	0.755	0.709	0.688	0.703	0.622	0.651
2007	0.651	0.767	0.714	0.622	0.759	0.762	0.710	0.688	0.706	0.629	0.653
2008	0.654	0.762	0.710	0.619	0.751	0.751	0.695	0.682	0.697	0.626	0.651
2009	0.650	0.756	0.709	0.612	0.738	0.737	0.697	0.681	0.698	0.622	0.645
2010	0.651	0.756	0.700	0.608	0.729	0.742	0.699	0.679	0.706	0.622	0.643
2011	0.651	0.757	0.690	0.606	0.720	0.741	0.705	0.673	0.714	0.620	0.642
2012	0.641	0.749	0.675	0.595	0.715	0.730	0.711	0.661	0.720	0.617	0.631
2013	0.640	0.751	0.665	0.595	0.719	0.726	0.716	0.659	0.728	0.616	0.628
2014	0.641	0.751	0.662	0.595	0.724	0.739	0.721	0.659	0.734	0.617	0.630
2015	0.635	0.742	0.651	0.590	0.722	0.730	0.715	0.652	0.726	0.610	0.623

Índice de Capacidades Imateriais Para Estados Semi-Centrais, 1975-2015											
IMCI	Rep. Tcheca	Finlândia	Grécia	Hungria	Irlanda	Luxemb.	N. Zelândia	Portugal	Cingapura	Eslováquia	Eslovênia
1975	-	0.666	0.658	0.618	0.616	0.489	0.656	0.620	0.501	-	-
1976	-	0.665	0.654	0.615	0.607	0.484	0.648	0.611	0.492	-	-
1977	-	0.668	0.663	0.619	0.613	0.493	0.657	0.615	0.504	-	-
1978	-	0.666	0.667	0.623	0.621	0.497	0.663	0.614	0.521	-	-
1979	-	0.671	0.674	0.626	0.630	0.501	0.664	0.615	0.527	-	-
1980	-	0.674	0.673	0.624	0.638	0.502	0.663	0.626	0.515	-	-
1981	-	0.670	0.669	0.620	0.632	0.491	0.659	0.621	0.510	-	-
1982	-	0.668	0.669	0.618	0.631	0.483	0.656	0.617	0.523	-	-
1983	-	0.666	0.665	0.613	0.628	0.479	0.653	0.612	0.535	-	-
1984	-	0.663	0.661	0.605	0.621	0.472	0.641	0.604	0.516	-	-
1985	-	0.669	0.668	0.602	0.619	0.473	0.644	0.611	0.545	-	-
1986	-	0.679	0.671	0.607	0.631	0.483	0.652	0.628	0.537	-	-
1987	-	0.686	0.676	0.605	0.632	0.492	0.659	0.634	0.550	-	-
1988	-	0.688	0.673	0.610	0.629	0.487	0.661	0.640	0.545	-	-
1989	-	0.689	0.677	0.627	0.626	0.491	0.657	0.646	0.561	-	-
1990	-	0.698	0.682	0.638	0.632	0.502	0.654	0.658	0.576	-	-
1991	-	0.697	0.682	0.644	0.633	0.501	0.650	0.668	0.574	-	-
1992	-	0.690	0.683	0.648	0.637	0.510	0.646	0.676	0.567	-	0.516
1993	-	0.678	0.683	0.654	0.635	0.511	0.649	0.674	0.578	-	0.523
1994	-	0.679	0.683	0.651	0.638	0.522	0.648	0.679	0.599	-	0.512
1995	0.658	0.693	0.696	0.648	0.645	0.532	0.654	0.688	0.614	0.588	0.515
1996	0.661	0.688	0.691	0.645	0.643	0.524	0.654	0.686	0.646	0.591	0.505
1997	0.658	0.683	0.691	0.645	0.646	0.523	0.651	0.683	0.645	0.584	0.502
1998	0.659	0.683	0.696	0.646	0.648	0.521	0.641	0.688	0.640	0.587	0.516
1999	0.653	0.677	0.692	0.641	0.644	0.517	0.639	0.685	0.636	0.577	0.513
2000	0.651	0.671	0.699	0.640	0.648	0.517	0.632	0.686	0.652	0.577	0.511
2001	0.654	0.670	0.698	0.643	0.653	0.519	0.630	0.686	0.650	0.580	0.531
2002	0.662	0.672	0.704	0.651	0.659	0.526	0.638	0.688	0.648	0.582	0.546
2003	0.676	0.683	0.714	0.665	0.673	0.541	0.655	0.700	0.649	0.597	0.577
2004	0.677	0.684	0.719	0.665	0.678	0.550	0.659	0.703	0.650	0.597	0.580
2005	0.681	0.686	0.721	0.670	0.685	0.551	0.664	0.706	0.654	0.601	0.583
2006	0.683	0.684	0.720	0.667	0.687	0.551	0.659	0.705	0.658	0.605	0.582
2007	0.686	0.688	0.725	0.671	0.695	0.556	0.667	0.709	0.661	0.610	0.586
2008	0.695	0.692	0.728	0.676	0.698	0.561	0.665	0.711	0.667	0.619	0.593
2009	0.693	0.689	0.731	0.668	0.694	0.565	0.661	0.713	0.666	0.617	0.594
2010	0.691	0.688	0.720	0.665	0.689	0.565	0.669	0.711	0.679	0.614	0.590
2011	0.692	0.691	0.716	0.666	0.690	0.571	0.674	0.710	0.684	0.614	0.592
2012	0.685	0.688	0.716	0.658	0.686	0.568	0.675	0.702	0.685	0.611	0.587
2013	0.684	0.687	0.709	0.657	0.685	0.571	0.674	0.703	0.687	0.611	0.584
2014	0.682	0.683	0.711	0.661	0.689	0.575	0.680	0.704	0.687	0.615	0.582
2015	0.675	0.677	0.703	0.662	0.687	0.571	0.680	0.695	0.689	0.611	0.577

REFERÊNCIAS

- Acemoglu, Daron, and James Robinson. Por qué fracasan los países. México: Crítica, 2012.
- Aguirre Rojas, Carlos Antonio. Immanuel Wallerstein: crítica del sistema-mundo capitalista. México, D.F.: Ediciones Era, 2003.
- Barre, Raymond. El desarrollo económico. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1962.
- Braudel, Fernand. La dinámica del capitalismo. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- Cardoso, Fernando Henrique, and Enzo Faletto. Dependencia y desarrollo en América Latina. México, D. F.: Siglo XXI, 1999.
- Castells, Manuel. La era de la información: economía, sociedad y cultura. Vol. I: La sociedad red. México, D. F.: Siglo XXI Editores, 2005a.
- Dauvergne, Peter. «Globalization and the environment.» En Global political economy, de John Ravenhill, 450-480. Nueva York: Oxford University Press, 2011.
- Drucker, Peter. La sociedad postcapitalista. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1994.
- Estay, Jaime. «Raúl Prebisch.» Ensayos de Economía (Universidad Nacional de Colombia), 1995: 123-132.
- Gudynas, Eduardo. Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible. Montevideo: Coscoroba Ediciones, 2004.
- International Monetary Fund. World economic outlook. abril de 2013. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/pdf/text.pdf> (último acceso: septiembre de 2013).
- Kennedy, Paul. Auge y caída de las grandes potencias. México, D. F.: DeBolsillo, 2007.
- Lianos, Theodore P. «Concentration and centralization of capital in agriculture.» Studies in Political Economy 14 (1984): 99-116.
- Love, Joseph L. «Las fuentes del estructuralismo latinoamericano.» Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales (Instituto de Desarrollo Económico y Social) 36, nffl 141 (abril-junio 1996): 391-402.
- Marini, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. México, D. F.: Era, 1986.
- Marx, Karl. El capital. Tomo I. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- Nye, Joseph. Power in a global information age. Nueva York: Routledge,

2004b.

- . *Soft power. The means to success in World Politics*. Nueva York: PublicAffairs, 2004a.
- Pirenne, Henri. *Historia económica y social de la Edad Media*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- Prebisch, Raúl. «Crítica al capitalismo periférico.» *Revista de la CEPAL (Comisión Económica para América Latina)*, n.º 1 (Primer semestre 1976): 7-73.
- Rocha, Alberto, and Daniel Morales. "El poder nacional-internacional de los Estados. Una propuesta trans-estructural." *Geopolítica(s)* (Universidad Complutense de Madrid) 9, no. 1 (2018): 137-169.
- Rocha, Alberto, and Daniel Morales. "Potencias medias y potencias regionales en el Sistema Político Internacional." *Geopolítica(s)* 1, no. 2 (2010): 251-279.
- Singer, Paul. *Curso de introducción a la economía política*. México, D. F.: Siglo XXI Editores, 1999.
- Sombart, Werner. *El apogeo del capitalismo*. Tomo I. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. *Crítica de razón poscolonial: hacia una historia del presente evanescente*. Madrid: Akal, 2010.
- Sunkel, Osvaldo, and Pedro Paz. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México, D. F.: Siglo XXI Editores, 1980.
- Taylor, Peter J., and Colin Flint. *Geografía política*. Madrid: Trama Editorial, 2002.
- Valdés, Pablo, and Juan Salazar. *Manual de política mundial contemporánea*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1987.
- Wallerstein, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. Tomo I: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México, D.F.: Siglo XXI, 2003.
- . *Geopolítica y geocultura*. Barcelona: Kairós, 2007.
- Wallerstein, Immanuel. «The inter-state structure of the modern world-system.» En *International theory: positivism and beyond*, de Steve Smith, Ken Booth y Marysia Zalewski, 87-107. Nueva York: Cambridge University Press, 2008.
- World Tourism Organization. «Manila Declaration on World Tourism.» UN-WTO eLibrary. 10 de octubre de 1980. <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/unwtodeclarations.1980.6.4.1> (último acceso: April de

2018).

Zapata, Francisco. *Ideología y política en América Latina*. México, D. F.: El Colegio de México, 2001.

RESUMO

Todos os Estados centrais ocupam posições idênticas na hierarquia do poder mundial e desempenham as mesmas funções? A hipótese esboçada aqui é a de que há uma categoria não prevista: a dos Estados semi-centrais. Eles têm poder sócio-institucional muito importante, mas são “terciários” em termos de poder econômico-militar e comunicativo-cultural. Apesar de sua relativa marginalidade, eles desempenham papéis estratégicos na política internacional, especialmente em apoio aos poderes centrais (grandes e médios). Este artigo analisa as características gerais do chamado centro do sistema-mundo, identifica os Estados semi-centrais, teórica e empiricamente, explora sua gênese e analisa seus papéis no sistema internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Estados semi-centrais; grandes potências; potências médias; estrutura internacional; sistema mundial; Índice de Poder Mundial.

*TR*Recebido em 7 de setembro de 2018.

*A*provado em 15 de fevereiro de 2019.

Traduzido por Gabriela Ruchel